

2014-12-29 17:46:20

<http://justnews.pt/noticias/medicina-interna-formula-12-votos-para-a-saude-dos-portugueses-em-2015>



Medicina Interna formula 12 votos para a saúde dos portugueses em 2015

Que cada doente internado não passe dias em macas, quando há camas vagas no serviço ao lado, ou que os doentes tenham acesso a cuidados ambulatoriais diferenciados nas suas comunidades são alguns dos votos da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna (SPMI) para os próximos doze meses, "para que em 2015 haja mais e melhor Saúde em Portugal".

Estes desejos da SPMI refletem a visão holística que tanto caracteriza a Medicina Interna. Em comunicado, a SPMI salienta o facto de ser uma sociedade "que reúne os médicos internistas que diariamente estão presentes nas urgências, nas enfermarias de Medicina, nas unidades de cuidados intermédios ou especiais, nos cuidados intensivos, nas consultas externas e nos hospitais de dia dos hospitais".

VOTOS DA SPMI:

1. Que cada cidadão assuma a responsabilidade pela sua saúde, adote estilos de vida saudáveis, tenha mais liberdade de escolher os seus médicos, tenha um médico assistente, recorra ao seu médico assistente antes de ir ao especialista e tenha acesso a cuidados de saúde dentro do tempo adequado para a sua condição e com qualidade aceitável, não sendo privado de aceder aos cuidados de saúde que necessita por não ter dinheiro.
2. Que a cada doente seja dada informação adequada sobre a sua doença e mais poder para decidir sobre as opções de tratamento, não sendo sujeito a exames, tratamentos desnecessários ou erros de diagnóstico por não serem ouvidos com atenção, não serem examinados com cuidado ou por os médicos não terem acesso aos seus registos clínicos.
3. Que cada pessoa em condição vulnerável, seja doente crónico, idoso, frágil, com várias doenças, não seja tratado de forma fragmentada, nos episódios agudos, através das urgências, mas tenha uma resposta integrada, contínua, pró-ativa, baseada numa equipa multidisciplinar, que inclua internistas em articulação com os cuidados primários, que dê uma resposta às necessidades de apoio médico, psicológico, social, dietético, de enfermagem e de reabilitação, adequada a cada doente.
4. Que os decisores da saúde avaliem as consequências das suas decisões e das reformas que promovem, monitorizem a qualidade dos cuidados e entendam que melhorar a qualidade dos cuidados de saúde proporciona mais saúde às pessoas e é mais barato do que prestar cuidados com má qualidade.
5. Que os decisores da saúde compreendam que, para além de premiar os melhores hospitais e serviços, é preciso conhecer e ajudar os piores, porque as pessoas têm direito a ser tratadas com qualidade, independentemente do sítio onde vivem.
6. Que os doentes tenham acesso a cuidados ambulatoriais diferenciados nas suas comunidades, tenham alternativas para serem tratados fora das urgências, em caso de doença aguda não urgente e, quando tiverem que ser internados, o sejam em hospitais com escala que proporcionem bons cuidados.
7. Que cada doente idoso, que sofra de várias doenças, internado em cuidados continuados ou em qualquer enfermaria cirúrgica, tenha um internista que o assista.
8. Que cada doente internado não passe dias em macas, quando há camas vagas no serviço ao lado, saiba quem é o médico responsável por si, que o informa sobre a sua condição e sobre os exames e tratamentos de uma forma que compreenda, que receba as más notícias de forma humana, sinta que é tratado por uma equipa que comunica entre si, comprometida com a sua segurança e em proporcionar-lhe os melhores cuidados, que o tratam como uma pessoa e não como uma patologia, preocupam-se com ele e sabem o que o preocupa, que sabem quem é, o que faz ou o que fez na vida.

9. Que nenhum doente seja abandonado no hospital pela sua família, que a Segurança Social assegure apoio aos doentes que precisam, que possam regressar a casa apoiados pela comunidade e, se forem referenciados, não fiquem meses à espera de uma vaga para os cuidados continuados.

10. Que todos os doentes tenham direito a cuidados paliativos, quando o necessitem, que lhes alivie o sofrimento e proporcione a melhor qualidade de vida ajustada às suas condições e, quando chegarem ao fim do caminho, não sejam sujeitos à obstinação terapêutica que lhes roube a dignidade e o direito a morrer em paz.

11. Que os cidadãos entendam que na Medicina há, e sempre haverá, um certo grau de incerteza, que lidamos diariamente com o insucesso, não tendo diagnóstico para todos os doentes nem tratamentos curativos para muitas doenças. A nossa realidade quotidiana não é tão fantástica como mostram as séries de televisão.

12. Que o esforço físico e psicológico que o exercício da Medicina Interna exige e a dedicação e compromisso dos Internistas para com a missão que lhes é confiada sejam reconhecidos por uma discriminação positiva para que os portugueses possam continuar a ter direito a ser tratados por médicos competentes e motivados, como pessoas inteiras e não como se fossem uma simples soma de órgãos ou sistemas.